

H I S T Ó R I A

& U T O P I A S



ORGANIZAÇÃO
Ilana Blaj
John M. Monteiro

A N P U H

Associação Nacional de História

HISTÓRIA & UTOPIAS

*Textos apresentados no XVII Simpósio
Nacional de História*

Organização
John Manuel Monteiro
Ilana Blaj

A N P U H

Associação Nacional de História

1996

A HISTÓRIA E AS UTOPIAS CRIATIVAS

Ítalo Tronca

Universidade Estadual de Campinas

A cidade existe no nível do imaginário e deve ser entendida como uma realidade utópica exigida pelos homens: o espelho de sua unidade.

Esta citação de Alain Medan (*La Ville Appropriée*) delimita bem a questão que queremos abordar — as relações entre a História, o imaginário e as utopias urbanas. De fato, no transcorrer da história as sociedades vêm criando incessantemente suas utopias, com a diferença de que algumas épocas são mais pródigas do que outras. De qualquer forma, porém, como diz Walter Benjamin, cada época sonha com a seguinte, mas enquanto sonha, ela ao mesmo tempo a lança na desilusão.

E por que os homens invariavelmente se desiludem? Porque a unidade representada pela utopia não existe no nível do real concreto; ela só tem lugar na utopia — uma dimensão do imaginário que paradoxalmente não existe em lugar nenhum.

Um resumo sobre as cidades utópicas do passado, que pretendo depois comparar com os projetos utópicos de nosso século, pode dar uma idéia melhor de que estou querendo dizer. Vamos partir do princípio de que toda utopia comporta uma provocação. Que tipo de cidade queremos construir? De que maneira pretendemos viver? Os utópicos sempre reagem contra a sociedade de seu tempo. E o fazem criando um sistema de imagens destinadas a alimentar os sonhos, capazes de mobilizar as energias, forjando dessa maneira uma arma de longo alcance. Essa a razão por que acabam se estabelecendo relações complexas entre a utopia e a história. A cidade ideal se realiza através das lutas sociais. A festa da Federação francesa, por exemplo, estava ligada às utopias de 1789; os homens de 1848 e da Comuna de 1871 queriam construir a sociedade sonhada pelos sansimonianos, Fourier e Victor Considérant.

As sociedades descritas nos projetos de cidades utópicas são perfeitas, imutáveis. A harmonia é plenamente alcançada e o tempo como que suspenso. Essas “cidades de nenhum lugar” são geralmente situadas em ilhas e formam entidades autônomas, isoladas do mundo exterior. A cidade é entendida como uma totalidade. Não existiria aqui algo de preocupante, a ameaça de uma nova dominação? De fato, se essas cidades ideais devessem ser realizadas, pode ser, mas não é esse o seu objetivo. Seu verdadeiro interesse seria muito mais criar a possibilidade de existência de uma sociedade radicalmente diferente, abrir a imaginação, orientar a ação no rumo de outros horizontes.

Assim, quando Campanella “constrói” sua Cidade do Sol sobre uma colina formada por sete círculos concêntricos e coloca o templo no centro, ele deseja, através dessa figura simbólica, reunir ali, no interior daquele perímetro limitado, o conjunto da humanidade. Na Cidade das Leis, que reproduz as figuras e os números do Universo e realizava uma identificação total do homem e do cidadão, Platão, por sua vez, procurava estabelecer uma correspondência perfeita entre o espaço urbano, o espaço matemático e o espaço político. É fácil perceber que essas representações espaciais são uma expressão imagética de um sistema filosófico — traço fundamental, presente em todas as grandes utopias. E essa idéia de que a organização do espaço é uma condição decisiva para a transformação do homem irá perdurar através do tempo até nossos dias.

Embora existam diferenças entre os inúmeros projetos utópicos na história, pode-se apontar com segurança uma característica comum entre eles — o objetivo perseguido é sempre o de constituir uma instância de poder supra-individual, capaz de regular os limites da liberdade de cada um dos indivíduos.

Ademais, apesar ainda dessas diferenças, tais projetos convergem sobre um outro ponto de fundamental importância para se compreender a natureza das utopias da cidade e suas relações com a história. Pelo menos desde o Renascimento todas concordam que se a arquitetura e o urbanismo não modificam sozinhas o funcionamento social, elas podem numa sociedade em movimento servir de acelerador e favorecer a mudança. Temos o exemplo de Fourier. Seu projeto apontava para o advento da Cidade Ideal — *Harmonia* — ao final de um ciclo de seis períodos. O falanstério, agindo como um detonador, devia precipitar a evolução para *Harmonia*, reunia quinze a dezesseis mil pessoas associadas para a produção, o consumo e a educação dos filhos. Esse modelo de funcionamento é interessante porque prefigura sob diversos aspectos as unidades de habitação de Le Corbusier em sua cidade Radiosa, nos anos 30 deste século. Isso tem a ver com aquilo que quis dizer no início sobre as utopias concebidas como armas de longo alcance. Na

mesma época em que Le Corbusier estava concebendo sua utopia modernista, os construtivistas russos também pensavam em utilizar a arquitetura como um instrumento para transformar o gênero humano. No caso dos russos, como de certa forma em Le Corbusier também, a aposta no potencial transformador do planejamento espacial era tão grande que os levava a propor que não se aguardassem as mudanças econômicas e sociais em curso. As novas estruturas espaciais seriam capazes por si sós de moldar o homem novo. Os clubes operários, as casas comunitárias, as vilas socialistas apareciam assim como os “condensadores sociais” de um modo de vida revolucionário.

No centro de todas as utopias reaparece sempre, como uma espécie de *ritornello*, o tema da igualdade entre os homens — trabalhadores manuais e intelectuais, habitantes da cidade e do campo, homens e mulheres. Busca-se uma sociedade equilibrada, isenta de conflitos. A fim de resolver as contradições fundamentais da sociedade industrial, Fourier queria associar a cidade ao campo e acabar com a divisão social do trabalho.

Harmonia, sua cidade ideal, suprime as tarefas repetitivas, reconhece a necessidade de variar, libera os instintos a fim de satisfazer o “desejo infinito” e aceita pela primeira vez o homem criativo. Talvez seja isso que faz de Fourier o renovador que melhor corresponde às aspirações de nossa época, expressas principalmente pelos movimentos comunitários. Fourier, porém, apresenta uma diferença em relação a estes movimentos. Ele buscou um equilíbrio na escala do conjunto da sociedade. Já os “urbanistas” e os “desurbanistas” deste século quiseram resolver, cada qual à sua maneira, a questão da distribuição socialista da população na ex-União Soviética. Seja como for, esses dois movimentos concordavam em relação ao ponto central, ou seja, pôr fim à oposição cidade-campo.

Mas, para se compreender melhor as diferenças entre as utopias do passado e as da nossa época (se é que podem ser chamadas de utopias) — convém refletir um pouco sobre a obra dos grandes escritores de utopias. Refletir sobre elas enquanto trabalhos filosóficos e enquanto literatura. Sim, porque a criação de cidades é muito mais um pretexto, uma alegoria, do que um projeto arquitetônico real. Não convém tomá-los ao pé da letra. Naquelas utopias antigas, o estado ideal, ou a cidade ideal existe somente naquelas mentes sábias que obedecerão às suas leis em qualquer sociedade de que vierem a participar. Na *Utopia* de Thomas Morus, o narrador *Hythlodaye* é um comunista revolucionário. Mas o próprio Morus sugere o emprego do conhecimento da utopia muito mais como um meio de realizar um aprimoramento interno à própria sociedade europeia. Desse modo, a verdadeira utopia transforma-se na visão social da mente do sábio conselheiro da monarquia inglesa, baseada numa educação humanística.

Assim, a verdadeira utopia é uma meta individual, da qual a sociedade disciplinada (a cidade aqui é recurso pedagógico) é uma alegoria. O objetivo do engajamento é a comunidade, mas o verdadeiro indivíduo somente passa a ser indivíduo depois que chega a um acordo com a sua comunidade. Poderíamos dizer que o ideal utopista aponta para além do indivíduo, para uma condição em que a sociedade e o indivíduo não estão mais em conflito, mas se transformaram em diferentes aspectos do mesmo corpo humano.

Enfim, interpretar as cidades utópicas de Platão, Campanella ou Fourier sem levar em conta sua dimensão literária, artística significa talvez perder o essencial delas. Na verdade, trata-se de um mundo que pode não existir, mas que completa a existência, o mundo da experiência definitiva que a literatura, a poesia nos incita a viver, mas que nunca chegamos a atingir. Se esse mundo existisse, nenhum indivíduo poderia viver nele, porque a sociedade a que ele pertence é parte dele mesmo, incluindo todos aqueles que são demasiado frios, famintos e doentes para se aproximarem de um mundo assim. Se nós pudéssemos viver nesses mundos, nessas cidades imaginárias, a própria distinção entre a literatura e a vida acabaria por desaparecer, porque a vida mesma seria então a encarnação contínua da palavra criadora.

Hoje, entretanto, as utopias mais recentes, se é que se pode empregar o termo, não propõem mais uma visão global da sociedade ligada a uma filosofia política e social. Elas rejeitam qualquer projeto de unificação autoritário, recusam um compromisso com o futuro, querem-se antes inteiramente parciais e experimentais. A tendência atual parece ser cada vez mais na direção de uma associação entre o urbanismo e a indústria para enfrentar os problemas ligados à demografia, às migrações internas e à poluição da natureza. O movimento anti-urbano multiplica a formação de pequenos grupos que, de maneira dispersa, se esforçam para experimentar modos de vida comunitários. Outros propõem a construção de cidades efêmeras, que seriam recriadas incessantemente por seus habitantes. A arquitetura como que se torna um meio de conhecimento e um pretexto para a invenção — faz reaparecer desejos há muito esquecidos, reservando um lugar cada vez maior ao sonho. A cidade efêmera confunde-se com a cidade lúdica.

De fato, especulando de uma perspectiva puramente utópica, não seria essa uma das dimensões mais esquecidas da cidade? Um mundo onde o imaginário, jogando com a efervescência social e a utopia de todos, fará surgir as novas formas de vida urbana?

Nesta altura, porém, devo me impor pelo menos duas reflexões. A primeira diz respeito — como quer Bronislaw Baczko — à atenção cada vez maior que vem sendo dedicada às utopias. Elas traduzem sobretudo uma

tendência mais geral de revalorizar o peso do imaginário e da imaginação no sentido de reconhecê-los como um modo social específico e indispensável da vida coletiva. Se é verdade que todo o campo de experiências sociais exhibe no horizonte recusas e expectativas, temores e esperanças — torna-se impossível estudar as mentalidades de uma época sem levar em conta esse horizonte sobre o qual se situam precisamente as utopias. Ao recusar a redução do imaginário ao ilusório, a pesquisa hoje procura mostrar como a realidade ou aquilo que chamamos de realidade recepiona os sonhos dos atores sociais e quais são as funções sociais desses sonhos.

Uma segunda e última reflexão é em torno da inovação teórica introduzida por minha colega Maria Stella Bresciani no campo da história do urbanismo ao identificar, em seu ensaio “Permanência e Ruptura no Estudo das Cidades”, uma cisão na concepção de continuidade no tempo como pressuposto de conhecimento das cidades contemporâneas. Ela demonstra como esses estudos feitos sobretudo por urbanistas tomam como ponto de partida a noção de crescimento evolutivo ou de desenvolvimento — o que faz com que as cidades sejam consideradas sempre um mesmo fato histórico.

Eis o seu ponto de vista: “O urbanismo que se forma como disciplina nas décadas iniciais deste século carrega consigo toda sua herança fundadora; um único elemento marca a ruptura em relação ao paradigma do século 19: as mais notórias autoridades em urbanismo/arquitetura moderna — entre elas Le Corbusier — incorporam à sua concepção do homem como medida de todas as coisas a máquina como extensão maquínica de um ser que não mais se reconhece sem ela. Com ela, a noção de velocidade se acopla à idéia básica de deslocamento-circulação, aderindo também como uma segunda pele à noção de eficácia e funcionalidade das atividades profissionais e domésticas”.

Essa constatação, aparentemente restrita à teoria da história do urbanismo — vai bem mais além, indicando, ainda que indiretamente, a historicidade das utopias, vale dizer, do imaginário sobre as cidades. Assim, se as utopias são de fato uma arma de longo alcance, isso não significa absolutamente que seu raio de ação no tempo seja perene.

Um outro ponto, ainda a propósito de uma outra observação de Maria Stella sobre a cidade-máquina, que poderá ficar ainda mais claro se recorrermos ao próprio grande mestre do modernismo em arquitetura e urbanismo, Le Corbusier. Como diz James Holston, em seu livro recente — *A Cidade Modernista, uma crítica de Brasília e sua utopia* — o fator utópico no modelo da cidade-máquina ecoa com clareza nas palavras de Le Corbusier:

No dia em que a sociedade contemporânea, atualmente tão enferma, tornar-se verdadeiramente consciente de que apenas

a arquitetura e o urbanismo podem receitar o remédio exato para seus males, terá então chegado o tempo de pôr a grande máquina em funcionamento.

E Holston também percebe com acuidade o caráter utópico da grande máquina da arquitetura moderna na medida em que pretende regenerar o presente por meio de um futuro imaginado — como se fosse uma cabeça-de-ponte da nova sociedade em meio à ordem vigente.

É muito interessante igualmente perceber que tipo de leitura da História e de teoria de mudança social estão contidas na concepção modernista: como o meio para alcançar esta nova sociedade são formas de construção, o modernismo argumenta que uma mudança social radical pode — e, na verdade, deve — ocorrer sem a revolução social. Como diz Holston, esse desvio utópico é precisamente o desafio e o apelo das palavras finais do manifesto escrito por Le Corbusier em 1923: “Arquitetura ou Revolução. A revolução pode ser evitada”.

Texto apresentado na Mesa Redonda Cidade: As Utopias Criadoras, 20/7/1993.